



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0167/13	DATA: 26/03/2013
INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 16h12min	DURAÇÃO: 01h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h22min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação dos trabalhos do Conselho.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção fora do microfone inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que foi convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Na forma do art. 3º, inciso I, do Regulamento deste Conselho, compete-me assumir a presidência dos trabalhos.

Esclareço aos nobres pares que este Conselho, de acordo com a Resolução nº 2, de 2011, é composto de 21 membros titulares, com igual número de suplentes. Conforme o art. 7º do Regimento Interno, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente far-se-á por escrutínio secreto, presente a maioria absoluta dos membros do Conselho, considerando-se eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos entre o total de votantes.

Peço a compreensão dos Srs. Deputados para que permaneçam no plenário até a conclusão dos trabalhos.

Esta Presidência informa que recebeu e considerará legítima a indicação, pelo Líder do PDT, do Deputado Marcos Rogério, do PDT de Rondônia, que será submetido a votos pelos membros deste Conselho.

Também acabamos de receber a indicação, feita pelo próprio Deputado Ricardo Izar, de que, em seu nome, pede a inscrição para concorrer à vaga de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do biênio 2013/2015.

Quero esclarecer a V.Exas. que o Deputado Ricardo Izar não foi indicado pelo PSD. Uma vaga foi indicada por outro partido, e, de acordo com o Regimento, S.Exa. está apto a concorrer à Presidência.

Quero dizer também a V.Exas. o seguinte: farei só a eleição do Presidente e, após essa eleição, empossarei o novo Presidente. Este fará a eleição dos Vice-Presidentes entre os candidatos que por acaso se inscreverem ou forem indicados por algum dos Deputados ou dos partidos. Portanto, eu achei prudente e melhor que o novo Presidente eleito fizesse a eleição dos Srs. Vice-Presidentes. Antes, porém, vou dar um tempo para que cheguem mais Deputados, uma vez que estamos apenas com nove Deputados.



Vou pedir licença aos nobres Deputados para fazer um breve relato e a minha última saudação como Presidente deste Conselho.

Sras. e Srs. Parlamentares, funcionários, assessores e representantes da imprensa que nos honram com suas presenças, em 25 de março de 2009, tomei posse neste Conselho para o exercício do primeiro mandato de Presidente. Em 16 de março de 2011, tive a honra de ser reconduzido pelo Presidente deste Conselho por mais um biênio. Hoje, após 4 anos, encerro mais o meu mandato, passando...

Vou interromper meu discurso porque vou atender o Presidente da Casa.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dando continuidade, em 16 de março 2011, tive a honra de ser reconduzido para presidir o Conselho por mais um biênio. Hoje, após quatro anos, encerro o meu mandato, passando a direção deste importante Colegiado ao novo Presidente, eleito para dirigir este órgão pelos próximos 2 anos.

Desejo, pois, a S.Exa. votos de pleno êxito no exercício da Presidência. Conte com o meu apoio para essa missão, nem sempre bem compreendida pelos nossos pares e pela sociedade.

Cumprimento também os novos Conselheiros, na certeza de que para aqui vieram indicados pelas suas Lideranças pelas virtudes que reúnem.

A todos, Presidente, Vice-Presidente e membros, meus votos de sucesso no desempenho de suas tarefas.

Ao passar a direção dos trabalhos ao novo Presidente, quero deixar consignados meus agradecimentos a todos os Conselheiros que me honraram com sua confiança e participaram dos trabalhos do Conselho ao longo desses 4 anos. Tive a honra de conviver e compartilhar a nossa atividade com 76 Parlamentares, que aqui atuaram como titulares e suplentes; alguns por pouco tempo; outros com maior efetividade. Neste período, lamentavelmente registramos o falecimento de três ilustres colegas, que muito honraram e marcaram sua passagem pelo Parlamento e por este Conselho: com saudade, refiro-me aos ilustres Deputado Ricardo Izar, ex-Presidente, e aos Conselheiros Nelson Trad e Ruy Pauletti.

O Conselheiro Nelson Trad, além de Conselheiro deste Conselho, era conselheiro particular deste Presidente. Tenho o dever de, em gratidão, dizer que foi



o Conselheiro que talvez mais entendia, que mais compreendia este Conselho. Este Conselho deve uma homenagem, sem dúvida, ao Conselheiro Nelson Trad.

De modo especial, consigno meus agradecimentos aos ex-Presidentes da Casa, ilustres Deputados Michel Temer e Marcos Maia, responsáveis pela minha indicação nos dois biênios, bem como às lideranças do meu Partido.

Sou profundamente grato a todos os funcionários efetivos da Casa, aos consultores legislativos, taquígrafos, operadores de vídeo e áudio e os assessores lotados no Conselho, que me assistiram técnica, jurídica e administrativamente na condução dos nossos trabalhos. Na pessoa de nossa Secretária da Comissão, aqui presente, Dra. Adriana, saúdo e agradeço a todos, inclusive aquelas que deixaram de usufruir a merecida aposentadoria, a Dra. Terezinha e a Nadia.

Registro também meus agradecimentos a todos os profissionais da imprensa que cobriram os trabalhos do Conselho, com a sua competência e sua missão de informar com oportunidade e fidedignidade à sociedade sobre o andamento das atividades do Conselho, contribuindo inclusive com suas análises críticas. Ressalto a excelente relação profissional e o convívio que mantive com todos. Recebam, assim, meu reconhecimento e agradecimento, senhores da imprensa.

Caros colegas, não desejo cansá-los, peço apenas mais alguns minutos para fazer, a título de informação principalmente aos novos Conselheiros, um breve relato das principais ações que desenvolvemos com o apoio de todos os senhores nesse período.

Nesses 4 anos, procurei conduzir meu trabalho com responsabilidade, consciente da espinhosa missão que me foi conferida: zelar pela ética e decoro de todos nós, integrantes desta Casa.

Com esse objetivo, conseguimos, com o imprescindível apoio da Mesa Diretora e dos nossos pares, aprovar medidas, no âmbito legislativo e no administrativo, que vieram dar uma conformação mais apropriada ao Conselho de Ética.

Assim, aprovamos um projeto que resultou na forma do Código de Ética e Decoro Parlamentar, aperfeiçoando o texto original de 2001, dotando o Conselho de instrumentos mais apropriados para melhor cumprir sua missão (a Resolução nº 2, de 2011).



Apresentamos, também, Projeto de Resolução, que recebeu o nº 124, de 2012, o qual se encontra em análise na Mesa Diretora, sob a relatoria do Deputado Maurício Quintella Lessa. Esse projeto propõe alterações em algumas regras processuais que entendemos pertinentes para dar mais efetividades na tramitação das representações. Refiro-me, sobretudo, ao fim da exigência de submeter à apreciação no Colegiado Parecer Preliminar do Relator quanto ao atendimento dos pressupostos de admissibilidade das representações formuladas por partidos políticos, no que concerne à avaliação preliminar quanto à existência dos quesitos de inépcia e justa causa do teor das representações.

Realizamos, com a participação de importantes autoridades políticas e personalidades da sociedade, dois fóruns, denominados *Encontro Nacional sobre Ética, Cidadania e Decoro Parlamentar*, e lançamos o programa O Peixe e a Arte de Pescar, criando a Rede Nacional de Ética e Cidadania, para estimular o debate de tão importante tema, com a valiosa colaboração do então Deputado Paulo Piau.

Aprovamos ainda Projeto de Resolução homenageando o saudoso ex-Presidente Ricardo Izar, pelo respeito e competência com que dirigiu este Colegiado por 3 anos, dando o seu nome à sala do Conselho.

Além disso, elaboramos, como contribuição a ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, minuta de regulamento do Código, cujo relatório está sob a competência e instrução do Deputado Vilson Covatti, a ser brevemente apreciada pelos senhores.

Na área administrativa, conseguimos dotar o Conselho, como órgão integrante da estrutura da Casa, com melhores meios para atender às nossas atividades.

Na área disciplinar, o Conselho apreciou e deliberou sobre nove representações formuladas em desfavor de Deputados, sendo quatro de iniciativas da Mesa Diretora e cinco de partidos políticos.

O Conselho, acatando parecer do ilustre Relator Deputado Carlos Sampaio, respondeu ainda à Consulta formulada pela Mesa para instruir decisão sobre a Questão de Ordem nº 111, de 2011, formulada pelo Deputado Miro Teixeira, acerca da admissibilidade de instalação de procedimento disciplinar contra Parlamentar quando o fundamento da representação for baseado em ato ou procedimento



superposto ocorrido no momento anterior ao processo eleitoral ou antes do mandato.

Deixei, por dever de justiça, para consignar, neste momento, minha maior gratidão aos Relatores que aceitaram a missão e dedicaram momentos preciosos dos seus tempos para examinar, instruir e formular seus votos sobre as matérias que foram distribuídas. Foram eles: Deputados Nazareno Fonteles, Hugo Leal, Sérgio Brito (duas representações), Chico Alencar, Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Guilherme Mussi, Amauri Teixeira, Sibá Machado, Ricardo Izar e Wladimir Costa.

A todos o meu muito obrigado.

Por último, informo aos membros que recebemos da Mesa Diretora, em 7 de fevereiro deste ano, Representação em desfavor do Deputado Carlos Leréia, cujo processo deverá ser instalado pelo novo Presidente. Esclareço que o processo não foi instalado por mim, considerando que seria recomendável fazê-lo com o Conselho em fase de transição e renovação dos seus membros, só hoje concluído com sua instalação oficial.

Senhoras e senhores, ao encerrar, torno a desejar sucesso a todos os membros deste Colegiado, permitindo-me repetir o que disse em outras ocasiões: quiçá os senhores não tenham trabalho e o Conselho não venha a se reunir para apreciar e julgar conduta que violem os princípios éticos às regras do decoro que balizam o nosso comportamento no exercício do honroso mandato representativo que me foi outorgado pelo povo brasileiro. Isto seria o ideal. É isto que a sociedade espera de seus representantes.

Muito obrigado.

Senhores, foi um breve relato do que fizemos aqui à frente deste Conselho por 4 anos. Portanto, vamos iniciar a sessão.

Já iniciamos a sessão. Temos aqui dois candidatos.

Quero fazer um apelo ao Deputado Ricardo Izar: o que V.Exa. faz, não tenho a menor dúvida, está dentro do Regimento, é regimental, mas este Conselho poucas vezes enfrentou situação como esta numa disputa, com dois companheiros — são dois Deputados da Casa. Há um acordo de Lideranças, e nesse acordo ficou acertado para o PDT indicar o Presidente do Conselho de Ética. Faço a V.Exa. um apelo para que V.Exa., se possível, retire sua candidatura. Esse é o pensamento do



PSD, é o pensamento do nosso partido, por isso faço o apelo a V.Exa. É claro que é um apelo do Deputado, não é um apelo do Presidente; é um apelo do Deputado membro do PSD, partido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, respondendo ao apelo de V.Exa., o Conselho de Ética nunca fez parte de acordos dentro desta Casa. O Conselho de Ética sempre foi um órgão independente. Inclusive, sobre a questão da imposição dos Líderes aqui dentro, sempre foi um órgão independente, sempre houve eleição aqui dentro. Lembro, inclusive, que a última eleição que presenciei foi a de meu pai, que assumiu a Presidência, contra o Ministro José Eduardo Cardozo. E assim foi também na última eleição, que teve os Deputados Paulo Piau, Sérgio Moraes, todos disputando a vaga. O Conselho é um órgão que não faz parte da Mesa Diretora da Casa e tem eleição própria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não fazia, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Não fazia, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Hoje ele é parte integrante.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Então, acho que tenho o total direito de disputar a eleição. Permaneço com a candidatura, ainda mais que, para mim, existe um motivo emocional também. Então, mantenho a candidatura, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, fiz um apelo a V.Exa. como colega Deputado de partido. Não posso dizer a V.Exa. que retire sua candidatura, mas foi um apelo que fiz.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Eduardo Cunha, como Líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. companheiros, vim a esta Comissão para fazer não só um apelo ao Deputado Ricardo Izar, como também um chamamento ao processo político do qual todos fazemos parte. Todos nós o sabemos, e V.Exa. está no exercício dessa presidência por força de acordos políticos aos quais todos nós cumprimos nesta Casa. Então,



coube, este ano, na discussão dos acordos políticos, que a Comissão ficasse com o PDT.

Em nenhuma Comissão existe esse histórico de que a disputa é solta, é livre entre membros que fazem parte da própria Comissão, até porque todos os acordos estão entrelaçados, seja a criação de cargos, seja a destinação da Corregedoria. Ou seja, hoje, qualquer problema que acontecer nesta Comissão, certamente a votação dos projetos de resolução não serão mais votados, pois até o próprio PMDB a eles vai-se opor. Então, é importante que a gente aqui se caracterize pelo processo político ao qual a gente faz parte.

Então, eu pediria a V.Exa., em nome do PMDB, que não fizesse essa eleição hoje, que adiasse essa eleição, e que se buscasse um consenso. E nós, PMDB, só vamos votar os projetos em Plenário depois que este processo da Comissão estiver resolvido, porque não podemos ter um processo político de meio: atende de um lado e, no outro lado, quando se tem de fazer algo, não se faz.

Então, vamos aprender a cumprir os acordos. O PMDB aqui cumpre seus acordos. Particularmente, não me sinto confortável em ver um acordo ser descumprido na minha cara. E não quero prejudicar, no meu posicionamento de Plenário, o PSD, pelo partido ficar contra um processo ao qual eu acordei.

Então, para que não haja prejuízo de ninguém, apelo ao bom senso para que V.Exa. não faça essa eleição hoje, que suspenda esta reunião, que a marque para semana que vem, que os partidos conversem entre eles, que achem uma solução de consenso para resolver esse problema, porque também não permitirei que no Plenário se vote mais nada com relação à Corregedoria e à criação de cargos enquanto o problema desta Comissão não se resolver.

Essa é a posição do PMDB.

Eu queria fazer este apelo a V.Exa., até porque V.Exa. pode dar curso a uma eleição que tenha um resultado diferente daquele acordado do processo político, e isso vai impactar no Plenário hoje. Então, para que não o impacte, faço este apelo a V.Exa., em nome do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Guilherme Campos, com a palavra.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Na condição de Vice-Líder do PSD, estou aqui procurando arredondar esta questão, para que não entremos em disputas aqui na Comissão, aqui nesta Casa, que é uma Casa que rege acordos e procedimentos.

Em nenhum momento, nós podemos discordar da manifestação e da vontade do Deputado Ricardo Izar, que, como bem disse, tem motivos até pessoais para estar pleiteando essa posição. Ele vem colocando esse desejo ao longo de todo seu mandato, pelo menos tenho o prazer de conviver com ele aqui na Câmara.

Mas a posição do partido foi de manutenção do acordo construído, para que pudéssemos ter uma boa convivência na Casa. Em função da construção desse acordo, o próprio partido nem indicou o Deputado Ricardo Izar em uma das vagas que o partido teria direito a indicar nesta Comissão. O Deputado Ricardo Izar fez uma manobra, usou do seu prestígio e da sua convivência com os colegas dos partidos e conseguiu uma vaga por outro partido. Está colocando sua candidatura de uma maneira individual e avulsa.

E vou corroborar a sugestão do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, de que pudéssemos suspender esta reunião para que se construísse, de maneira definitiva, um acordo para que a eleição, a cujo processo estamos prestes a dar início, seja sem surpresas, sem disputas, de maneira acordada, e que o novo Presidente do Conselho de Ética possa ter seu mandato pelos próximos 2 anos de uma maneira serena. É essa a posição do partido.

Mais uma vez, nós solicitamos ao Deputado Ricardo Izar, por quem pessoalmente tenho uma deferência muito grande — acho que o Deputado Ricardo, em seu primeiro mandato, faz um trabalho extraordinário, não negando a história da sua família —, que reflita nessa sua vontade, nessa sua busca a esse cargo, que um dia foi de seu pai; que reflita, porque essa sua decisão pode ter impactos na vida partidária não só do PSD, como também de todos os partidos da Câmara dos Deputados.

Seriam essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Antônio Roberto, por favor, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO - Sou do Partido Verde, alguns não me conhecem, e quero dizer que estamos acostumados a um processo democrático e político. Não temos de ter medo de disputa, mesmo porque, para cada um de nós chegar aqui, houve uma disputa. Tudo aqui é disputado, e, dentro da política, sempre o é. Agora, dizem que temos um acordo. Não sei com quem foi feito esse acordo, porque eu nem conhecia o outro candidato. Quer dizer, essa visão autoritária de os Líderes se reunirem e decidirem como vai ser...

Vejo com muito bom grado a candidatura do Deputado Ricardo Izar não só pelo seu mérito, sua competência, sua capacidade, mas também para quebrar um pouco essa normalidade de dividir entre os que mandam e os que obedecem. É muito esquisito falar que existe um alto clero e um baixo clero dentro da nossa Casa, porque o alto clero são os que decidem e o baixo clero, os que obedecem.

Acho que isso está mostrando que a visão ética é exatamente a liberdade, liberdade mesmo, a democracia. Vamos escolher baseados na qualidade deles. Não foi distribuído currículo do outro candidato, que nem sei quem é, fiquei sabendo agora. Não podemos estudar a vida dele para saber se ele tem competência mesmo para ser o Presidente de um Conselho de Ética. Não há discussão, e, quando se fala em adiar a reunião para conversar e chegar a um acordo, não, é para convencer a continuar do jeito que foi decidido, não é para consultar. Todos nós deveríamos ter sido consultados.

O Conselho de Ética não pode funcionar da maneira como normalmente as outras Comissões funcionam, não. Nós temos um papel importante e temos de ser consultados, não só o meu Líder, não. Eu tenho de ser consultado, V.Exa. tem de ser, e também o outro Deputado, porque é muito sério, é muito sério o papel do Conselho de Ética. Ele não pode se igualar às Comissões normais, não. Ele envolve toda a imagem do Parlamento, envolve uma relação com a população. Então, não pode ser Presidente alguém que foi determinado por um partido a vir para cá. Não sei, não estou querendo desmerecer o nosso colega, não. Estou dizendo que não o conheço, como ele não me conhece. De repente, estamos votando aqui... Eu perguntei a várias pessoas. O Deputado Mauro chegou e me perguntou: "*Quem é o*



candidato?”. Perguntei a várias pessoas quem é o candidato, e ninguém sequer sabe quem é!

Quer dizer, na verdade, nós vamos começar a ter um ponto ético, uma visão ética. Vamos fazer uma eleição normal, esse é um direito nosso. Para que adiar a eleição? E quem for maioria, quem for o escolhido, aquele que é mais conhecido e mais competente ganhará e será o nosso Presidente.

Então, não concordo com esse jogo de manipulação que é feito para realmente continuar os quem mandam e os que obedecem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado André Figueiredo, Líder do PDT.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós trabalhamos, desde o início desta Legislatura, dentro de um processo de convivência partidária, cabe ressaltar, extremamente harmoniosa, desde a época do nosso Líder Giovanni Queiroz, com todos os demais Líderes, porque, afinal, ninguém é Líder de si mesmo. Todos somos Líderes e não somos nomeados. Somos Líderes, votados em cada uma das bancadas, portanto representamos as bancadas dos nossos partidos.

Dentro desta Casa, sempre se prezou para que pudéssemos pautar tanto as disputas nas Comissões permanentes, quanto as Relatorias de medidas provisórias, pela proporcionalidade e pela ocupação de espaços, através de pessoas que reconhecidamente fossem dignas daquele mandato. Assim foi com o Deputado José Carlos Araújo, que, quando assumiu a Presidência do Conselho de Ética, era do PDT; assim está sendo com o Deputado Marcos Rogério, que, apesar de não ter tido um pai que tivesse sido Presidente desta Comissão, isso não o torna menor do que o Deputado Ricardo Izar. O Deputado Ricardo Izar tem todos os valores para assumir esta Comissão e, um dia, tenho certeza que assim o fará.

Mas, dentro de um processo em que foi amplamente discutido este Conselho de Ética, e não foi de ontem para hoje, o PDT pleiteava a ocupação desse espaço, volto a dizer, não porque o partido quer se apegar a cargos, de forma alguma, porque o PDT sempre se conteve com a Comissão que lhe cabia presidir pelo tamanho da bancada. Da mesma forma, o PV, do Deputado que me antecedeu,



também não teria voto para indicar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Mas, dentro do acordo de Líderes partidários, coube a Comissão de Meio Ambiente para o Partido Verde. Isso é o que faz verdadeiramente esta Casa ter uma convivência harmoniosa.

Agora, o que foi colocado me gera certo temor. Não que nós estejamos condicionando absolutamente nada ao resultado de uma eventual disputa aqui, neste Conselho de Ética, mas, acima de tudo, na última quarta-feira, nós fomos até meia-noite, 1 hora da manhã, em plenário, e o que mais ouvíamos da bancada do PSD — e não vou falar aqui no Deputado Guilherme Campos e no Líder Eduardo Sciarra, que são duas pessoas com quem sempre tivemos um excelente diálogo no Colégio de Líderes — é que acordo é para ser cumprido — eu não estou falando de acordo espúrio; estou falando de acordo que foi amplamente dialogado, trabalhado, que envolveu as lideranças partidárias.

Por isso é que muito nos constrange, a cada um de nós que fazemos o PDT, estar nessa disputa, que não era para acontecer, não porque haja uma candidatura única de um abençoado pelo Presidente da Casa ou de um partido que é onipotente nesta Casa. Muito pelo contrário: o PDT é metade da bancada do PSD, mas é um partido que tem história, um partido que tem respeito. E nós não temos dúvida em dizer: quem conviveu com o Deputado Marcos Rogério na Comissão de Constituição e Justiça, nesses poucos meses de Legislatura — 2 anos e pouco —, tem visto um Deputado extremamente combativo, consciente dos deveres que certamente ele terá à frente deste Conselho de Ética.

Por isso, Sr. Presidente, a nós, também, do PDT, constrange adiar esta votação. Talvez fosse o caso. Talvez fosse o caso, realmente, de irmos para o voto. Talvez fosse o caso de vermos, realmente, o que mais nos pauta: se é um apego pessoal ao Deputado A ou B ou o respeito aos partidos políticos que compõem esta Casa.

Os partidos políticos fazem cada um de nós Parlamentar. Nós não somos candidatos avulsos em eleições proporcionais ou em eleições para o Poder Executivo; nós somos candidatos dos nossos partidos. Portanto, realmente, a cada um de nós do PDT, aqui, constrange esse clima que foi criado. E sei que ele não foi criado pela Direção nem pela Liderança do PSD, mas realmente gera, para toda



esta Casa, uma situação de extrema insegurança, porque, como nós conseguimos há pouco tempo, na eleição de cada um dos cargos que compuseram a Mesa Diretora, que fosse respeitada a indicação oficial de cada partido, assim esperávamos também que pudesse acontecer neste Conselho, que tem o nome de Conselho de Ética.

E ética é, acima de tudo, prezar por uma conduta digna, e não por um acordo de bastidores. Os acordos que foram feitos para que o PDT pudesse ter, através do Deputado Marcos Rogério, a Presidência deste Conselho de Ética foram acordos claros, bem discutidos, e não foram pautados em eventuais ilações que se possa fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente... É o Ricardo Izar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ricardo Izar, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu, que costumo frequentar mais o Conselho de Ética, sei que nele nunca houve orientação de liderança e ele também nunca participou de acordos. Aliás, há acordo quando ele é feito entre todos os partidos, não quando é feito entre dois partidos, ou entre o Presidente da Casa e um partido.

Nós sentimos aqui que existe uma pressão muito grande condicionando a eleição do Conselho de Ética à criação dos cargos do PSD e à criação da Corregedoria. Isso, em minha opinião, é antiético. Como disse o Deputado Antônio Roberto, nós vivemos em uma democracia, e a ética tem que ser exercida na sua função plena dentro de uma democracia.

Por isso é que eu acho que o voto, no Conselho de Ética, não vai diminuir nem constranger ninguém. Acho que só podemos decidir isso aqui no voto mesmo. E eu continuo com a candidatura mantida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Cesar Colnago.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente, quero primeiro dizer que vou falar em nome do meu partido — estamos eu e Izalci.



Conheço até a atuação dos dois, principalmente a do Marcos Rogério na CCJC, mas eu e Izalci consultamos isto agora, na reunião dos Vice-Líderes: não existe um acordo do PSDB, Deputado André — com o maior respeito ao PDT, um partido importante e histórico na democracia brasileira; não existe um acordo entre nós para o Conselho de Ética.

Eu perguntei com clareza ao Deputado Carlos Sampaio, o nosso Líder, que estava conosco, almoçando na reunião de Vice-Líderes, e ele falou: “*Olha, não há acordo nesta Comissão*”. Se ele existiu... Pode ter existido, mas o PSDB não estava participando desse acordo.

Portanto, para o nosso voto aqui, no sentido da escolha, nós, tanto eu como o Izalci, estamos liberados para tanto escolher um como outro. Conheço até mais o trabalho do Marcos, e sei da história do seu pai. Agora, acordo é acordo. O PSDB, o DEM e o PPS são três partidos de oposição. Nós mais primamos inclusive no Plenário, é pelo respeito à palavra e aos acordos. Eu afirmo aqui, em nome do Deputado Carlos Brandão, que nós não participamos de acordo, na eleição da Mesa, para a Presidência do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já pertencço ao Conselho de Ética há mais ou menos 6 anos. Este Conselho prima pela sua independência. Sempre primou pela sua independência.

Eu já vi aqui várias eleições. Eu já participei de várias eleições neste Conselho. Vi candidaturas avulsas, candidaturas indicadas, mas houve eleição. Nós não podemos permitir que haja uma suspensão de votação hoje. Não podemos, Sr. Presidente! Nós temos que realizar eleição, sim! O Conselho é independente, sim!

Quando eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aconteceu essa mesma coisa lá. Eu fui candidato avulso, ganhei a eleição, mas os Líderes se acharam, junto com o Presidente, no direito de acabar com a eleição. Anulou-se a eleição. Quer dizer, a vontade do Parlamentar foi excluída.

E nós temos que acabar com essa conversa nesta Casa. Líderes, tudo bem, nós respeitamos e tal, mas os Deputados têm a mesma força e o mesmo valor. Isso não pode continuar nesta Casa. Nós precisamos ter posicionamentos firmes.



Então, peço a V.Exa. que continue a eleição, continue a votação, porque o acordo é feito entre Deputados, e não entre Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Sr. Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu não vou entrar no mérito dos candidatos, porque entendo que ambos têm todas as condições de assumir o cargo, mas acho que, para manter o que está sendo colocado aqui, nós teríamos que modificar o Regimento e passar a fazer nomeação. É muito constrangedor, em qualquer que seja a eleição, você chegar a uma cabine para votar e só haver uma opção, aquilo que determina o que fazemos.

Então, eu acho que, se é eleição, nós temos que ter liberdade de escolher o candidato. Eu acho que o Deputado Sérgio já colocou aqui a posição do PSDB, mas eu acho que nós não podemos conduzir isso da forma como está sendo proposta. Senão, passaria a ser nomeação, e, a partir de agora, bastaria haver um acordo, na eleição da Mesa, e o Presidente nomearia todos, em todas as Comissões, sem votação, porque é constrangedor chegar aqui e ter que manter ali o que foi determinado pelo Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que este é um momento importante desta discussão, porque, desde que houve essa composição no Colégio de Líderes, nós temos procurado falar com os Parlamentares — com muitos do que estão aqui eu consegui falar pessoalmente —, muito embora, Sr. Presidente — e este é o registro que eu gostaria de fazer —, em todos os procedimentos desta Casa, nós procuremos, como partido, cumprir aquilo que foi estabelecido, aquilo que foi acordado.

Não precisou de nenhum Parlamentar fazer isso — embora eu tenha feito isso, e o Sr. Deputado Ricardo Izar, a quem respeito, por conhecer o mandato de S.Exa. e saber da sua grandeza... Não foi preciso, na nossa participação nas demais Comissões, nenhum Parlamentar pedir voto para mim ou para qualquer outro, em função de que havia acordo de procedimento e nós seguimos justamente nessa linha.



Eu respeito a opinião daqueles que defendem a autonomia no Conselho de Ética. E aqui não estamos discutindo a autonomia do Conselho de Ética! O Conselho de Ética é e sempre será autônomo, porque ele é um Conselho colegiado. As decisões que interessam ao Conselho de Ética são aquelas atinentes ao seu papel, e não essa transitoriedade pela disputa da Presidência e dos cargos diretivos da Mesa.

Então, eu tive, sim, a oportunidade de falar com muitos dos colegas que estão aqui. Não tive a oportunidade de falar com todos, especialmente porque alguns partidos deixaram para apresentar o nome daqueles que comporiam o Conselho de Ética na última hora. Aliás, há partidos que fizeram hoje a alteração; que não haviam, ainda, feito a indicação. Então, nós não temos condições de saber quem vai ser indicado pelo partido A ou pelo partido B. Então, com aqueles que eu tive a oportunidade de conversar, ponderei com relação ao acordo feito, que foi, repito, um acordo de procedimento.

E digo mais: longe de mim querer ser Presidente, seja do Conselho de Ética, seja de qualquer Comissão desta Casa, fruto de uma candidatura pessoal. Eu, quando me coloquei à disposição para disputar esta Presidência, o fiz depois de um convite que recebi, primeiro do meu partido — porque a discussão de toda essa composição aconteceu no âmbito dos partidos. Então, eu ouvi o meu partido e segui a orientação do meu partido — e, segundo, por um convite do Presidente da Casa.

Então, Sr. Presidente, não se trata de uma candidatura pessoal, muito embora eu reconheça a importância e a grandeza do Conselho de Ética, que tem um papel fundamental e certamente o terá nesses 2 próximos anos. A nossa candidatura é fruto de entendimento no âmbito do meu partido. Eu confesso que não disputei essa indicação no âmbito dos demais partidos. Mas tenho que registrar e engrandecer a postura de muitos Líderes que vêm no sentido de ratificar aquilo que nós presenciamos no Colégio de Líderes.

Nobre Deputado Eduardo Cunha, V.Exa., que é um grande líder nesta Casa, ratificou aquilo que nós discutimos lá; aquilo que foi fruto de entendimento no Colégio de Líderes. É verdade que alguns partidos — pelo menos dois partidos naquela reunião —, no momento do anúncio, se posicionaram dizendo que não



tinham conhecimento dessa situação. Apenas dois partidos. Mas, depois, nós conversamos e, enfim, de lá para cá a conversa não parou.

Sr. Presidente, a minha fala neste momento é só para deixar claro que nós respeitamos todos os acordos firmados no âmbito das disputas desta Casa, da Mesa Diretiva da Casa às Comissões Temáticas deste Parlamento. Nós não tivemos, em nenhuma Comissão, qualquer dúvida sobre qual seria o nosso posicionamento. Seguimos na linha do que foi pactuado no âmbito do Colégio de Líderes.

Esta é a postura que o PDT tem adotado há muito tempo, embora todos nós saibamos das nossa bandeiras e dos nossos ideais maiores, dos quais nós não abrimos mão; vamos permanecer nessa mesma linha. Mas, sobretudo, eu penso que esta Casa abre mão desse instrumento de pacificação que são os acordos de procedimento. Se não fosse assim, e já foi dito aqui, nem todos os partidos estariam prestigiados nos espaços desta Casa.

Eu respeito a posição de cada colega deste Conselho. Se tivermos que fazer a eleição hoje, irei à disputa. Não abro mão da candidatura, porque não é uma candidatura pessoal. Se o meu Líder, que está aqui, André Figueiredo, a quem respeito e tenho ouvido muito, me pedisse que retirasse a candidatura neste momento, eu o faria, porque esta não é uma candidatura pessoal. Não sou candidato de mim mesmo; estou aqui para representar o partido, assim como estou em qualquer Comissão desta Casa. Onde estou, não estou em meu nome, mas em nome do meu partido. O meu mandato pertence ao meu partido. E a minha dedicação, embora firmada em princípios e em valores, é no sentido de ser o mais leal àquilo que o meu partido defende. Se o meu partido me convidou para um espaço, assumirei em nome do partido. Mas se esse mesmo partido me pedir que eu deixe de disputar ou de ocupar aquele espaço, eu o farei, porque entendo que esse espaço é dos partidos políticos no âmbito das Comissões, e não excluo o Conselho de Ética.

Repito: A indicação partidária para a Presidência do Conselho não representa qualquer cerceamento à atividade de qualquer Parlamentar, muito menos da função institucional do Conselho de Ética.

Sr. Presidente, eram essas as colocações que eu queria fazer, reiterando mais uma vez o meu respeito ao Deputado Izar, com quem tenho uma convivência



tranquila, harmônica. Mas hoje estamos em sede de uma disputa. Respeitando a opinião contrária e a sua candidatura, mantenho também a minha neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu não vim para esta reunião hoje disposto a falar e, como disse o Deputado Izalci, também não quero entrar no mérito dos nomes colocados.

Eu relutei muito quando fui convidado para vir fazer parte, em nome do meu partido, o PSB, do Conselho de Ética, porque já fiz parte dele num momento honrado e importante deste Conselho de Ética, quando, acima de tudo, ele mostrou a sua altivez, independência, postura, conduta e proximidade com o que a sociedade esperava deste Conselho que preza por rezar a conduta, o decoro e a ética dos colegas Parlamentares. Eu fiz parte deste Conselho de 2003 a 2006. Todos aqueles procedimentos dos processos do chamado mensalão, que agora foram julgados tardiamente por motivos protelatórios no Supremo Tribunal...

Sr. Presidente, participei com V.Exa. naquele período e, não aceitando — talvez ingenuamente — a postura... Porque nós, que, aqui, temos a exposição de ter que votar olhando no olho de um colega e de forma aberta para processos de cassação — e àquela época foram 20 —, tínhamos que, depois, ficar escondidos pelo voto secreto, no plenário. Muitos daqueles que aqui tiveram a mesma decisão do Supremo, no plenário, tiveram outra sorte pelo voto secreto. Mas aqui, não; aqui eu peguei a indisposição de colegas. Se eu tivesse continuado aqui, talvez nem tivesse tido a sorte ou a votação que tive agora, em que disputei a Presidência, porque aqui, saindo de votações, nós criamos inimizades, Deputado Colnago. Deputados apertavam nossa barriga e diziam: *“Esses aqui são os Deputados que nos entregam”*. Foi assim que nós vivemos aqui.

E quando eu relatava um dos processos mais importantes deste Conselho — um dos mais importantes deste Conselho, repito —, eu tinha, naquele período, indicado pelo meu partido... Eu tinha mudado de partido, Deputado Cesar. E V.Exa. sabe o que o Presidente do meu partido anterior fez? Veio e me pediu a vaga. Veio e me pediu a vaga que era do outro partido. O Deputado José Carlos estava aqui à



época, viveu isso. O Deputado Ferro acho que viveu isso. Veio e me pediu a vaga que era do partido a que eu pertencia anteriormente.

Esse caso teve que ir à Comissão de Constituição e Justiça. Sabe qual foi a decisão soberana da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Cesar? Que aqui o mandato é eletivo. Sabe por que o Presidente hoje, Líder André, tem que manter esta sessão? Porque a partir da nossa assinatura, ali, por indicação dos nossos partidos, nós estamos eleitos para 2 anos de mandato. Só o que tira os atuais membros da Comissão é a renúncia, ato individual, de cada um. V.Exa., como Líder, e o Deputado Eduardo Cunha, como Líder, podem trocar qualquer membro de Comissão, pelo interesse de votação de uma matéria. Aqui, não mais! Aqui, não mais!

Na semana passada, o PCdoB, que é um partido que tinha determinada postura, tinha um nome indicado ali, cedendo a vaga para o PT. Era o Deputado Marroni. Hoje eu já chego, a indicação do PCdoB passa a ser outra: do Deputado Felix Júnior. Respeitosamente eu digo isso. Passou para o Deputado do PDT. E, a partir deste momento, se o PCdoB quiser a vaga de novo, não tem mais!

Por isso esta sessão tem que ser mantida. Por isso que, independentemente do resultado, gostando ou não gostando... Pode até não acontecer por acordo. Se nós quisermos, como em toda prática de reunião, que acontece no plenário, esvaziar a sessão, a sessão tem que deixar de ser feita. É uma questão natural, regimental, de qualquer órgão desta Casa, inclusive do plenário. Agora, se houve quórum, a sessão já foi aberta e tem que ser mantida, para poder garantir a posse desses colegas Deputados pelos próximos 2 anos. E essa é a forma que garante a independência e o funcionamento deste Conselho.

Eu não queria dizer isso aqui, Líder André, nem isso, Líder Eduardo Cunha, mas este Conselho não poderia ter sido alvo de negociação para acordos que elegeram o Presidente desta Casa. Não poderia! Não me venham dizer que não foi! A Corregedoria, a Procuradoria — que pode ser criada — ou a Ouvidoria são indicação do Presidente. O Conselho de Ética é por indicação dos seus membros, e assim sempre foi. Não existe! Não venham com falsa... Não existe outra forma que seja diferente dessa!



E, se os acordos aqui podem ser desfeitos por ameaça de acordos no plenário... Nossas votações são autônomas. Eu escutei um Líder presente que participou desses acordos ir, esta semana, a nossa *TV Câmara* e dizer o seguinte: *“Nós temos que parar de fazer com que todas as ações que vão a plenário sejam feitas por acordo. O que é mais legítimo e democrático que a disputa e o voto? É assim que se conquista o nosso mandato e é assim que se conquistam as coisas aqui na Casa”*. Mas, não! Criou-se uma prática de só votar aquilo sobre o qual há acordo; de se produzir acordos.

Se eu me sentir insatisfeito neste momento porque o acordo preestabelecido aqui me insatisfaz, eu me retiro e deixo a sessão, que é a forma de esvaziar e não se realizar a sessão. Mas a sessão tem quórum, está vigente para poder garantir os mandatos de todos os colegas que aqui estão indicados pelos seus partidos, que a partir de agora têm um mandato de 2 anos, que só podem sair por renúncia pessoal ou por morte.

Acordos como esse que estamos vendo, acordos que nós denunciemos... Todos desta Casa estão aí, estupefatos, suspeitos com o que está acontecendo, Deputado Missionário, com a Comissão de Direitos Humanos, mas ali foi mais um acordo. E nós passamos pelos desgastes dos acordos feitos por partidos que cedem a outros partidos alguma coisa, de modo que possam ser beneficiados lá na frente.

O Conselho de Ética tem que ter essa independência. E, se esta sessão quiser que não aconteça, é só aqueles que acham que os seus mandatos podem ser inclusive modificados depois de já terem assinado a lista de presença, que os seus nomes podem ser alterados, saírem, esvaziarem a sessão, ou até renunciarem ao cargo para o qual foram eleitos no Conselho de Ética, para que o partido possa fazer nova indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sibá Machado. Só um reparo...

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Obrigado.

Sr. Presidente, eu me inscrevi porque, ouvindo os diversos argumentos, não posso concordar, em primeiro lugar, com a condenação dos acordos. Acordo é inerente a qualquer relação de negociação. Isso está posto na sociedade em



qualquer grau, em qualquer escala. E esta Casa aqui é o epicentro disso: para tudo o que se faz aqui, em primeiro lugar, se tenta buscar um acordo, e, na sequência, se faz ou não esse acordo. Uma vez feito o acordo, o que se está pedindo é o seu cumprimento.

O PT tem claro que a sua participação na reunião de hoje é para acompanhar a pessoa que, no nosso entendimento, foi fruto desse entendimento. Esta é a nossa posição aqui, como também é tão legítimo alguém discordar do acordo e fazer de uma maneira diferente. Agora, o pedido que foi apresentado aqui por dois Líderes — de que se suspenda a reunião e que possamos retomar essa conversa em outro momento —, como estamos às vésperas da Semana Santa, me parece muito interessante, para que nós possamos voltar na semana que vem com, digamos assim, um entendimento melhor.

A nossa bancada estava tranquila para vir votar, como votamos, por acordo, em todos os Presidentes das demais Comissões. Todos, indistintamente. Foi tudo fruto de acordos.

E olha que nós também temos um acordo não escrito nesta Casa sobre o tamanho das bancadas, para a sua proporcionalidade de participação em qualquer ambiente de trabalho aqui. E isto é feito a cada matéria legislativa. Sempre. E assim também o acordo de pauta, e assim por diante.

Então, eu queria dizer a V.Exa. que a opinião do nosso partido é essa. Vamos acompanhar o entendimento que foi dito e esperamos, se for possível, suspender a reunião para voltarmos em momento posterior. Senão, estamos dispostos a cumprir o Regimento da Casa e vamos votar conforme um entendimento, porque firmamos entendimentos e prezamos por eles e os louvamos a cada instante em que conduzimos as coisas desta maneira.

Esta é posição do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sibá Machado, muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, eu já me sinto representado no conteúdo da fala pelo Deputado Sibá Machado, mas acho que é bom expressar que procedimentos de convivência são naturais nesta Casa. Não



vejo qualquer violação de conduta ou qualquer gravidade em os partidos estabelecerem maneiras de dividir responsabilidades na condução dos trabalhos nesta Casa, e a Comissão de Ética faz parte desse conjunto de espaços de responsabilidade da Casa.

Isso não significa, entretanto, que aqui se está estabelecendo um espaço onde as votações serão feitas a partir de acertos de bancadas. Eu, pessoalmente, venho para a Comissão de Ética para observar os princípios do decoro parlamentar. E se, por acaso, for orientado, enquanto bancada, para algo que não caminhe nesse sentido, eu não estarei apto a fazer parte deste Conselho. Eu observarei os princípios da conduta, do decoro parlamentar, que são o instrumento, a maneira e o procedimento que nós deveremos sempre adotar numa Comissão como esta, com a característica que ela tem e com a responsabilidade que ela tem.

Quanto à escolha do nome, eu acho que, uma vez estabelecido um acordo, um entendimento, deve ser mantido.

Eu fui pessoalmente procurado pelo Deputado Izar quando não tinha ainda havido uma reunião da Coordenação da bancada do PT, que aconteceu hoje, e nela foi definida essa postura do nosso procedimento e da nossa votação nesta bancada, de votar pela manutenção do acordo. Então, com todo o respeito ao Deputado Ricardo Izar — e reconheço a legitimidade dele para pleitear também isso —, essa é uma questão que nós iremos manter, a partir do entendimento da nossa bancada com outras bancadas que assim procederam para essa definição deste espaço de responsabilidade aqui, da Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Wladimir.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado, nobre Presidente.

Quero saudar todos os pares e dizer que nós somos favoráveis à transferência para a semana que vem, após a Semana Santa.

Eu não concordo, em hipótese alguma, com a colocação de um de nossos pares. Na minha opinião, os partidos são soberanos. Eu acho que é muito importante dialogar. Aqui, nesta Casa, convergir e divergir são posições muito normais. O PMDB tem tido uma posição bastante importante, ao longo dos anos,



dentro do Conselho de Ética, sendo bastante rígido na sua atuação. Os nossos Líderes têm sido bastante rígidos na escolha.

E por que não transferir para a semana que vem? Até porque os nossos corações cada vez mais são afagados pelo espírito da Páscoa e, na semana que vem, vamos estar aptos, preparados. Os partidos estão aí. Os partidos, todos os partidos desta Casa, merecem respeito e todos eles têm o direito, sim, de refletir, de dialogar entre si e definir o nome.

Então, eu quero me aliar às palavras do colega Deputado Ferro, do Deputado Sibá Machado, e, enfim, a semana que vem eu acho que vai ser um ambiente propício para nós fazermos uma grande escolha para dirigir os destinos que norteiam o Conselho de Ética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Presidente, quando eu era Deputado Estadual, há muitos anos, lá, no Rio Grande do Sul, havia um Deputado que se chamava — já é falecido — Tapir Rocha. E esse Deputado sempre dizia que o Congresso, que o Parlamento, é uma instituição que se dissolve para resolver.

Ou seja, estamos na contramão. Nós temos que ficar aqui debatendo, discutindo, lutando para ver quem dos dois candidatos merece o voto de cada um. No momento em que nós vamos dissolver esta reunião, hoje à tarde, para tentar, nos bastidores, resolver, nós estamos dando uma demonstração de que nenhum de nós merece estar no Conselho de Ética, porque aí nós estamos perdendo totalmente a ética em estar aqui. Nós temos que ficar aqui. Que vença aquele que o grupo aqui achar melhor e que seja respeitada essa decisão.

O PTB me indicou como membro deste Conselho. Fui honrado pela indicação de todos os meus colegas do PTB, e aqui falo em nome do partido. Nós temos que nos manter hoje e votar. Parece-me que há dois candidatos: o Ricardo Izar e o Marcos Rogério. Já se percebeu que não há acordo entre os dois. O Ricardo não retira, e o Rogério chegou a falar que, se o Líder pedir, ele retira.



Bem, não havendo acordo, nós temos que ir para a votação. E este Conselho me parece que é o anseio da sociedade. Aqui é que nós temos que demonstrar o que nós vamos realmente produzir.

Então, por isso, eu quero, em nome do PTB, que nós mantenhamos essa votação.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, eu acho que estou inscrito para falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Jorginho Mello, com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Eu quero saudar V.Exa. pela condução dos trabalhos até hoje e me somar a todos os companheiros que desejam a votação.

Quero até fazer um apelo aos nobres Deputados que estão usando a palavra: quem deseja a votação, de verdade, que não use mais a palavra, porque vai dar o horário da Ordem do Dia e nós vamos ter que suspender os trabalhos do Conselho. Então, quem deseja votar de verdade não use mais a palavra. Vamos partir para a votação e eleger quem... Elege-se quem tiver mais votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, Srs. membros deste Conselho, eu vou ler para V.Exas. o Ato da Presidência.

O Presidente da Câmara dos Deputados no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução nº 2, de 2001, resolve:

I - Instalar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados no dia 26 de março, terça-feira, às 14 horas, no Plenário 11 do Anexo II;

II - Designar para compô-lo, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa.

Brasília, 25 de março de 2013.

Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados.



Bom, o que eu quero dizer com isso, Srs. Deputados, é que quem convocou esta sessão para hoje foi o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Eu sou um instrumento, por ser o último Presidente eleito desta Comissão. Então, pelo Regimento, tenho que conduzir os trabalhos.

Não cabe a mim adiar esta reunião, a não ser que haja um acordo entre os Srs. Conselheiros. Eu não posso, *sponte propria*, adiar a sessão.

Faria até um apelo...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado. Darei a V.Exa. uma questão de ordem quando eu acabar a minha explanação, meu Líder Eduardo Cunha, a quem prezo muito como Líder e como amigo.

Mas quero dizer que esta sessão foi convocada e eu estou, como Presidente, instrumento para realizá-la. A não ser que V.Exas., membros deste Conselho, concordem em adiar.

E faço um apelo a V.Exas.: poderíamos realmente adiar para a próxima semana, em um consenso, se conversassem e chegasse, um dos dois, a retirar a candidatura, ou se houvesse uma outra candidatura com consenso que fosse...

O único aqui dos Srs. Conselheiros que não pode ser Presidente sou eu, porque não há reeleição nesta Casa. Eu tive a honra de ser Presidente por 2 mandatos, um na Legislatura anterior e outro nesta Legislatura.

Só para fazer uma correção, Deputado Figueiredo, teria muita honra em ter sido indicado pelo PDT, mas, quando cheguei ao PDT, já era Presidente do Conselho de Ética. Eu fui com a Presidência. Levei a Presidência, porque naquele tempo já tinha sido feita a reforma no Regimento e nenhum partido era mais dono da vaga no Conselho de Ética, nem da Presidência.

Portanto, como disse o Deputado Júlio Delgado, nós todos agora temos um mandato de 2 anos e temos que exercê-lo com dignidade e com seriedade.

Com a palavra, agora, o nobre Deputado Líder do PMDB, Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu estou fazendo uma questão de ordem baseado no que V.Exa. falou — que não poderia adiar uma reunião, a não ser por consenso dos Conselheiros.



Ocorre que nós estamos instalando aqui. Os Conselheiros ainda serão eleitos. Ninguém que aqui está presente está eleito. Está indicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Na hora em que eles assinaram o livro de presença, como foram indicados, eles assumiram, tomaram posse como Conselheiros. Serão eleitos o Presidente e os Vice-Presidentes. Mas eles, ao assinarem o livro de presença, na instalação da sessão, tomaram posse.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Bom, sobre esse aspecto, então, me desculpe. Eu não sabia que o procedimento teria sido dessa forma.

Mas, então, eu vou pelo aspecto político: V.Exa., a qualquer momento, pode suspender, por decisão monocrática, qualquer reunião. O Presidente dos trabalhos tem sempre o poder para isso.

E o bom senso político manda fazê-lo. Até porque se há, como houve aqui, a palavra do PSDB contestando, ou se há qualquer outro que contestou, eu acho que nós temos que, numa reunião de líderes, decidir esse problema, até porque há problemas de acordos que são conexos a esse.

Ninguém tem dúvida de que, uma vez que haja aqui uma decisão diferente do acordado politicamente... E não me venham com essa história de dizer que deu problema por eleger A, B ou C em outra Comissão, porque foram os partidos que escolheram as suas Comissões e elegeram, dentro dos seus quadros, todas as Comissões em que foram Parlamentares eleitos. Foram eleitos porque coube a seus partidos a designação e a escolha das comissões representativas. Não caberia aqui, por exemplo, no caso citado, eleger Parlamentar de outro partido que não fosse aquele a que coubesse aquela Comissão.

Então, uma vez que — essa é uma praxe da Casa — há um acordo que está sendo contestado, V. Exa. deveria dar a possibilidade do jogo político normal desta Casa levar a uma reunião de Líderes o problema, porque terá consequências em cascata o acordo. Uma vez que esse acordo não for cumprido, certamente outros não o serão e nós vamos gerar uma quebra de acordo que vai atrapalhar o andamento no nosso ano legislativo, independentemente de qualquer tipo de posicionamento.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa., em nome do bom senso: nós estamos numa semana sem quórum, com quórum baixo. Nós estamos em uma semana em



que efetivamente a Casa não está trabalhando como deveria. O Líder do partido ao qual pertence o Deputado que está disputando não está presente em Brasília, não está aqui; está ausente de Brasília.

Então, nós temos aqui consequências graves. Ele queria com a presença de todos. Ele falou comigo ao telefone, há pouco. Disse que está fora de Brasília; não sabia que iam descumprir o acordo. O próprio Parlamentar já havia combinado com ele, segundo ele, que não disputaria. Ele declarou isso para mim ao telefone. O Deputado Ricardo Izar teria se comprometido com a não disputar. Por isso, ele está fora de Brasília.

Então, em nome do bom senso político, eu apelo a V.Exa. para que suspenda esta reunião, ou, no mínimo, dê 24 horas para que se possa acertar, ou adie para a próxima terça-feira. Se a disposição dos Parlamentares aqui presentes for a mesma, ela será feita semana que vem. Nada mudará. Agora, o bom senso político manda que se faça isso. É o apelo que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. tem toda a razão quando falou que o Deputado Eduardo Sciarra telefonou para V.Exa. e disse o que V.Exa. relatou. Telefonou para mim e disse a mesma coisa, como membro do partido. Ele me disse que o Deputado Ricardo Izar tinha se comprometido a não disputar.

Mas essa é uma vontade do próprio Ricardo Izar. Nós estamos fazendo um apelo para que ele não o faça. Agora, a sociedade está aqui, os Deputados estão presentes. Se os Deputados permitissem... Eu não vou, de *sponte propria*, adiar essa votação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, por favor, eu estou falando.

Eu não o farei por mim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ricardo Izar, por favor, se mantenha... A Presidência está falando, não vai permitir.



Eu não vou suspender a sessão, a não ser que o Srs. Deputados concordem com isso. Fora disso, o Presidente convocou a sessão. O Presidente sabia o dia que é hoje e convocou para o dia de hoje. Eu estou cumprindo a determinação do Presidente da Mesa da Casa. Portanto, eu estou sendo coerente.

Agora, se V.Exas. quiserem... Eu faço a pergunta aos Srs. Deputados: os senhores concordam em suspender, por 24 horas, a sessão?

(Não! Não!)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, pela ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não queria mais falar sobre isso, porque existe... Se nós estamos falando em acordo... Nós estamos numa Casa política. Existe um movimento claro, aqui, para se ficar discutindo, para começar a Ordem do Dia. Esse movimento está muito claro. Todo mundo já falou. Se a Casa se esvazia em algum momento, o Conselho de Ética está com quórum pleno, cheio e, portanto...

Depois de quarta-feira, Deputado Eduardo Cunha, uma noite triste desta Casa, em que nós ficamos 6 horas discutindo criação de cargos, numa quarta-feira nobre, num dia em que há quórum no Conselho de Ética, numa terça-feira, mesmo que haja feriado, termos que passar por um outro dia triste, nesse exemplo. E eu não posso crer que V.Exa. vá corroborar com esse sentimento.

Vamos falar as coisas às claras aqui? Quando se fala que foi dada a um partido a escolha e o partido escolheu, a ordem de escolha foi cedida por um partido, por outro acordo. Tem-se que dizer as coisas aqui muito claramente. Foi cedida por um mesmo partido por causa de outro acordo! E aí se deu ao partido a ordem de escolha, e ele escolheu a Comissão de Direitos Humanos na frente.

Então, vamos parar com essa protelação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não é verdade. Não é verdade, Deputado Júlio. Não é verdade!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vamos partir para votação. Nós queremos votar.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. não está falando a verdade.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu acho que o companheiro Júlio anda com síndrome de tristeza.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. não está falando a verdade.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O Deputado Júlio anda com síndrome de tristeza. É isso que ocorre. Trabalhar muito para o Deputado Júlio significa tristeza. Votar matérias importantes nesta Casa significa tristeza. Eu acho que V.Exa. tem que tomar uns tranquilizantes, Maracugina, porque V.Exa. anda com muita tristeza no seu coração. Trabalhar e fazer com que as coisas prosseguiam, cresçam é motivo de grande alegria para trabalharmos. Até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Fernando Ferro com a palavra.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Agora tudo é tristeza para o Deputado Júlio. É um problema psicológico.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, primeiro, eu não concordo com o Deputado Júlio Delgado que eu esteja participando de um processo de protelação de votação. Eu expressei uma opinião, porque aqui é um local para se expressar opinião. Não estou participando de nenhuma protelação, até porque não vejo necessidade, numa Comissão como esta, dessa angústia para tomar decisão a qualquer custo. Não é assim.

Segundo, veio-me a conhecimento uma postura que eu considero lastimável. Deputado Izar, com o devido respeito, V.Exa. participar de uma decisão, com o Líder de sua bancada, de que não iria participar e depois vir participar, V.Exa. já está quebrando um acordo no interior de sua bancada. E isso depõe contra um procedimento que nós queremos estabelecer aqui de sermos claros nos nossos procedimentos e nas nossas ações.

Então eu quero, Sr. Presidente, diante disso, dizer que não estou participando de processo protelatório. Estou aqui também para, se quiser votar, votar, sim. Mas com clima desse, em que a própria bancada, o Líder da bancada transmite uma opinião contrária, nós estamos fomentando que tipo de comportamento aqui dentro? Para qualquer um se achar no direito de romper internamente com sua bancada os



procedimentos para trazer para cá, eu acho que isso não é correto. Isso não é uma atitude correta.

Caso esteja enganado, Deputado Izar, gostaria que V.Exa. esclarecesse se isso é verdade ou não, porque eu estou aqui falando em função do que me foi comunicado, avisado publicamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - V.Exa. participou do acordo entre mim e o Líder? Eu não participei. V.Exa. participou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ricardo Izar, V.Exa. não está inscrito. Portanto, com a palavra o Líder André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, eu lamento muito a postura do Deputado Júlio Delgado de ficar nos acusando de estar protelando, quando S.Exa. fala mais do que qualquer um de nós. Talvez o nobre Deputado tenha, como foi dito aqui pelo Deputado Wladimir Costa, alguma questão externa a uma discussão política que nós queremos tratar aqui em alto nível.

Até para esclarecer, Deputado Júlio, o Deputado Félix Mendonça hoje está indicado aqui por conta de a indicação do PT na época ser de um suplente e o Regimento não permitir que um suplente seja integrante do Conselho de Ética. Por isso, veio aqui.

Agora, mais estranho ainda é que o candidato que hoje se opõe a um candidato pactuado pelos partidos legitimamente representados nesta Casa tenha a indicação feita por um outro partido. Está certo?

Então, há toda essa questão de acordos ou não acordos. Muito pior são os acordos que ficam mais ou menos escondidos, que não ficam às claras e que não ficam debatidos.

Por isso, Sr. Presidente, até para não protelar muito, eu gostaria de pedir a V.Exa. uma suspensão por 10 minutos desta sessão, enquanto nós discutimos e vamos ver a decisão que vamos tomar. Certo? Não queremos aqui protelar, até porque hoje o quórum é baixo. O Deputado Júlio Delgado sabe disso, foi candidato à Presidência, assim como o Deputado Severino Cavalcanti foi uma vez e foi vitorioso, contra o acordo de partidos. Então, S.Exa. sabe. O quórum hoje está baixíssimo.



Pediria até a V.Exa. para ver quanto está o quórum, para ficar despreocupado em relação à Ordem do Dia. Certo? Até para ver. Eu quero 10 minutos, só para vermos a decisão que vamos tomar.

Não queremos aqui, pode ter certeza... O PDT, desde Brizola, sempre se pautou pela ética. Quem conhece a história do nosso partido sabe do que nós estamos falando e sabe que nós sempre honramos acordos.

Então, peço apenas para ver quanto está aqui, para não ficarmos sendo acusados indevidamente de estarmos protelando para passar mais uma semana aqui, porque eu vejo que realmente esta Comissão de Ética precisa ter 2 anos de muita autoavaliação, por conta de que nós podemos aqui começar com os ânimos tão acirrados, o que pode comprometer, com certeza, o trabalho desta Comissão, que é tão importante para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, nós temos 17 Deputados...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Não, no plenário, para começar a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria só completar o esclarecimento, até porque eu não usei todo o tempo da Liderança, e sem exaltações. Eu queria esclarecer bem um ponto, porque eu não posso admitir que a insinuação perdure na Comissão.

A escolha da Comissão de Direitos Humanos coube por exclusão ao PSC, não coube a nenhum dos partidos que abriu mão da indicação para ele, até porque ninguém quis ficar com a Comissão. É muito fácil criticar agora, quando a Comissão passou na frente de todo mundo e ninguém escolheu. Então, o PMDB escolheu claramente as suas Comissões, os demais partidos também o fizeram. Ficou a exclusão de quem ia ficar. Na verdade, sobraram duas Comissões, quando chegou o PSC para escolher: a de Direitos Humanos e a de Legislação Participativa. Não havia ninguém escolhendo e passando a de Direitos Humanos para o PSC. Ninguém brigou para ter a de Direitos Humanos. Pelo contrário, havia um acordo anterior de que o PSC iria ficar com a de Fiscalização.



O Bloco PV/PPS iria ficar com Direitos Humanos e abriu mão na hora, quando viu que a Comissão de Meio Ambiente estava na sua frente, sem escolha, e optou naquele momento pela Comissão de Meio Ambiente. Essa é a verdade!

Então, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. Não dá para querer dizer que todas as posições que existem nesta Casa não são por acordos e que cabem a partidos políticos. Os partidos políticos designam entre os seus membros as Comissões e os espaços legislativos que lhes cabem.

O PMDB têm três vagas nesta Comissão e indicou os seus três membros. Ninguém indicou em substituição ao PMDB, e ninguém o indicaria.

Então, é importante deixar isso claro para que não haja confusão da opinião pública acerca de determinadas escolhas que possam ser contestadas. O Parlamentar que falou aqui que houve uma eleição na Comissão de Fiscalização e a eleição dele foi anulada esqueceu-se, meu caro e querido Sérgio Brito, de falar que houve a eleição porque S.Exa. mudou de partido, e o cargo pertencia ao partido. S.Exa. saiu da Presidência da Comissão porque não coube mais, cabia ao partido em que S.Exa. estava naquele momento a Presidência da Comissão, e S.Exa. disputou como avulso contra o cargo que cabia ao partido que havia deixado. Por isso, houve nova eleição, e S.Exa. não foi confirmado na Presidência. Essa é a verdade. Vamos colocar as coisas como elas são. Não foi um acordo de Liderança que desfez a vontade do Plenário na Comissão de Fiscalização e cassou o Parlamentar Sérgio Brito. O que houve foi que S.Exa. deixou o PSC e se filiou ao PSD. Consequentemente, perdeu a Comissão. Essa é a verdade.

Então, nós não podemos colocar aqui no discurso, por vontade de eleger a, b ou c... E é legítimo o direito do Deputado Ricardo Izar de querer se candidatar. Eu não estou me insurgindo contra o Parlamentar Ricardo Izar, por quem tenho o maior apreço, e tinha o maior apreço por seu pai. Ocorre que o PMDB fez parte de um acordo político de que esta Comissão caberia ao PDT, como fez parte de um acordo político de que a Corregedoria desmembrada caberia ao PSD.

Então, na medida em que esse acordo é descumprido, o PMDB não vai se sentir mais obrigado a continuar com o acordo de que a Corregedoria caiba ao PSD. Essa é a realidade. Se descumpirmos o acordo num minuto, vamos descumpri-lo no minuto seguinte.



Então, por isso que eu peço, mais uma vez, eu faço um apelo ao bom senso — esta é uma Casa política, nós não queremos constranger ninguém —, a V.Exa. que faça o adiamento desta reunião, para votarmos na semana que vem. E vamos votar.

Se já tomou posse o Conselho, segundo mesmo disse o Deputado Júlio Delgado aqui, ninguém pode ser mais substituído, só se renunciar. Os Parlamentares serão os mesmos, terão a disposição de votar hoje, terão de votar na semana que vem. Votem na semana que vem. Nada mudará.

Então, por que fazer esse negócio açodadamente, provocando algo que vai ter consequências e que poderia ser evitado?

É um apelo que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, eu fui citado.

Eu gostaria só de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Encerrada a discussão. Eu vou dar início à votação. Antes, porém, recebi uma informação agora que começou...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Começou a Ordem do Dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor. Está encerrada a discussão. Estamos em início de votação.

Segundo, tive a informação de que começou a Ordem do Dia. Acho que a informação é truncada. Vou suspender a reunião por 10 minutos, porque a Ordem do Dia só pode começar depois que houver 257 Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não é verdade. A Ordem do Dia pode começar a qualquer momento, no horário. Só pode haver votação depois de concluído o quórum. Se se iniciou a Ordem do Dia, ela está iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É verdade. V.Exa. tem razão, Deputado. Só pode haver votação. E esta reunião tem que ser interrompida se houver votação.



Então, tenho a informação de que começou a Ordem do Dia. A luz está piscando. Se começou a Ordem do Dia, eu não posso dar continuidade à votação, tenho que suspender a reunião. Então, se a informação está correta, está piscando aqui, eu vou suspender a reunião por 5 minutos para verificar se essa informação é verdadeira. Pedi para telefonar. Se realmente começou a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Começou, Sr. Presidente. Confirmaram aqui que começou a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se confirmou a Ordem do Dia, vou encerrar a reunião e marcar para amanhã, 24 horas depois. Está bom, Deputado? Os Srs. Deputados concordam? Vamos marcar para amanhã ou para a próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu pediria a V.Exa. que fosse terça-feira para evitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, marcada para a próxima terça-feira, às 14h30min, para começarmos a reunião, já com a votação iniciada.

Está encerrada a reunião.